

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Pivi de Sucupira do Riachão-

Processo Nº

Henrique Luis

Portaria M

LICITAÇÃO N°: 020/2019/CPL.

MODALIDADE: Pregão Presencial - SRP - Sistema Registro de Preços.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição parcelada de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP), em Botijão de 13 Kg, em conformidade com Anexo I (Termo de Referência).

**TIPO:** Menor preço por item.

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço unitário.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0158.147/2019/CPL.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Sucupira do Riachão, Estado do Maranhão.

DATA E HORA: A abertura do certame ocorrerá dia 18 de dezembro de 2019, às 09:00 h.

ENDEREÇO: Rua São José, nº 477, Centro, CEP: 65.668-000 - Sucupira do Riachāo/MA.

**RECURSOS**: Tesouro do Município.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 9.488/18 e alterações posteriores, subsidiariamente com a Lei nº 8.666/93 e Disposições do Edital.

### EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 020/2019/CPL

A Prefeitura Municipal de Sucupira do Riachão, Estado do Maranhão, através do Pregoeiro e equipe de apoio, instituídos pela Portaria nº 02, de 02 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade Pregão Presencial - SRP - Sistema Registro de Preços, tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, sob o regime de execução, empreitada por preço unitário, regida pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e suas alterações, subsidiariamente com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como pelas disposições no presente edital e seus anexos.

A sessão pública de realização do Pregão terá início às 09:00 horas do dia 18/12/2019, devendo os envelopes contendo a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação para o objeto definido neste edital e respectivos anexos serem entregues ao Pregoeiro, na sede da Prefeitura Municipal de Sucupira do Riachão, situada na São José, nº 477, Centro - CEP: 65.668-000, na data e horário acima mencionados.

Se no dia previsto para abertura da licitação não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão Presencial serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Prefeitura Municipal.

#### 1 - DO OBJETO

1.1 - Registro de Preços para aquisição parcelada de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP), em Botijão de 13 Kg, em conformidade com Anexo I (Termo de Referência).

2 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO



#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Processo No
Fis.
Henrique Luis M. D Costa

2.1 – Poderão participar deste Pregão, empresa que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas, constantes deste edital e seus anexos.

**Parágrafo Único:** a licitante que comparecer à sessão supramencionada e tiver ramo de atividade não compatível com o objeto licitado, será impedida de participar do certame.

- 2.2 Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas sob a condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em que deverá ser comprovada mediante apresentação de Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, ratificando não haver nenhum dos impedimentos previstos no art. 3º, § 4º, da referida lei. A não entrega desta declaração indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.2.1 A declaração em questão deverá ser entregue ao **Pregoeiro e equipe de apoio** logo no início da sessão de abertura, juntamente com o credenciamento, antes e separadamente dos envelopes (Proposta e Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.3 A participação na licitação importa total e restrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 2.4 Não será admitida a subcontratação.
- 2.5 Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, empresas que possuam, entre seus sócios, servidor da **Prefeitura Municipal**, bem como aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pela **Prefeitura Municipal**.

#### 3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 O credenciamento far-se-á, por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos de assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 3.2 Após o credenciamento será declarado, pelo Pregoeiro, a abertura da sessão os interessados ou seus representantes, apresentarão *declaração* dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

Parágrafo Único: a documentação referente ao credenciamento, deverá ser apresentada fora dos envelopes de nº 01 (Proposta de Preços) e nº 02 (Documentação de





# ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO CNPJ: 01.612.338/0001-67 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PM de Sucupira do Riachão M Processo Nº Fls. Henrique Luis M D Costa Porteria Nº 20

Habilitação).

3.3 – Na ausência do credenciamento, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantidas o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

#### 4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 – A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados pessoalmente pelo representante credenciado, no local, dia e hora acima mencionados, em 02 (dois) envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados no fecho e, de preferência, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social do licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO - MA PREGÃO SRP Nº 020/2019 RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO - MA PREGÃO SRP Nº 020/2019 RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

- 4.2 A reunião para recebimento e para abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços de interesse do licitante e os documentos que a instruírem será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/13 aplicando-se subsidiariamente as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, com suas modificações e em conformidade com o disposto neste edital e seus anexos, no local e horário já determinado.
- 4.3 Não será admitida a entrega de apenas um envelope, procedendo-se, em seguida, à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, que serão conferidas e rubricadas.

#### 5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1- A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente, conforme consta no **Anexo I**, devendo conter o seguinte:
  - a) Razão Social, sede e número de inscrição no CNPJ da licitante;
  - **b)** Descrição detalhada dos itens cotados, em conformidade com as especificações contidas no **Anexo I**, com indicação do número do item, unidade, quantidade;

c) Preço de cada item, em algarismo, na moeda nacional, já incluídos os custos de frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, etc.;



#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PM de Sucupira do Riachão 3 Processo Nº Fls. Henrique Luis M. D Costa Porteria Nº : 120

- d) Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a partir da data da abertura;
- 5.2 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acrescimos, a esse ou a qualquer título, devendo os produtos fornecidos sem quaisquer ônus adicionais.
- 5.3 Caso o prazo de que trata o item 5.1, letra "d", não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado o prazo estabelecido no Edital.
- 5.4 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros.
- 5.5 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

#### 6 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1 Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM.**
- 6.2 Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o Pregoeiro e sua equipe de apoio classificarão o Licitante autor da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, e todas aquelas apresentadas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquelas de menor valor, dispostos em ordem crescente, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances verbais.
- 6.3 Quando não forem identificadas, no mínimo, três propostas escritas com preços em conformidade com o definido no subitem anterior, o Pregoeiro fará a classificação das melhores ofertas, até o máximo de três, colocadas em ordem crescente, quaisquer que sejam os valores ofertados, para que os representantes legais das licitantes participem, também, da etapa de lances verbais.
- 6.4 Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes de classificação.
- 6.5 Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, devendo ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances de valores iguais.
- 6.6 A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.7 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço por item, e o respectivo valor estimado pela **Prefeitura Municipal**, para os produtos.



PM de Sucupira do Riachão-M/
Processo Nº
Fls.

Henrique Lunda, D Costa
Portaria Nº : 20

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

6.8 – Em cumprimento aos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte, será observado o seguinte:

- 6.8.1 Nas licitações, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 6.8.2 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 6.8.3 Ocorrendo o empate a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 6.8.4 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 6.8.5 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 6.8.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.8.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 6.8.6 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 6.8.7 O disposto nos subitens 6.8.3 e 6.8.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 6.9 As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da legislação civil, acrescentarão à sua firma ou denominação as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte", ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", conforme o caso, sendo facultativa a inclusão do objeto da sociedade (art. 72, da LC 123/2006).
- 6.10 As preferências e prazos de que tratam os itens 6.8 e 6.9, instituídos pela LC 123/2006, não se aplicarão ao presente pregão se dele participarem apenas microempresas e empresas de pequeno porte, indistintamente. Também não se aplicarão os termos da LC 123/2006, na fase de disputa de lances, se a partir dela participarem apenas ME's e EPP's indistintamente.
- 6.11 Ordenamento das empresas por preço;
- 6.12 Análise da proposta de menor preço, no que tange à sua aceitabilidade quanto ao objeto e valor, devendo o Pregoeiro decidir motivadamente a respeito;
- 6.13 Negociação direta com o proponente de menor proposta, para a obtenção de melhor preço, se for o caso;



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PM de Sucupira do Riachão-M.
Processo Nº
Fis.

Henrique Luis DV D Costa
Porteria

- 6.14 Caso se torne necessário, o Pregoeiro adotará, como critério para desempate, o sorteio, a ser realizado na mesma sessão;
- 6.15 Verificação das condições de habilitação do licitante que apresentar a proposta de menor preço, passando para a análise da subseqüente, observada a ordem de classificação, caso o primeiro não atenda às exigências editalícias, até a apuração de proposta que corresponda ao exigido;
- 6.16 Aclamação do licitante vencedor;
- 6.17 Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço mais reduzido para o objeto cotado.
- 6.18 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 6.19 Em cumprimento ao artigo 43, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte, será observado:
- 6.19.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 6.19.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 6.19.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 6.20 Vistas e rubricadas pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das empresas participantes todas as propostas, os documentos de habilitação do vencedor e os envelopes de habilitação remanescentes;
- 6.21 Manifestação dos demais licitantes quanto à intenção de recorrer, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido;
- 6.22 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 6.23 O licitante vencedor deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da formalização e definição da proposta no pregão, entregar por escrito, proposta definitiva de preços julgada vencedora, nos mesmos moldes requeridos neste Pregão, contendo expressamente os preços ofertados no pregão, sob pena de ser considerada desistente, convocando-se a segunda colocada, sem prejuízo das sanções estabelecidas em lei.

Rua São José, nº 477, Centro - Sucupira do Riachão/MA - CEP: 65.668-000

Allo



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PM de Sucupira do Riachão-l Processo Nº Fls. Henrique Lung M. D Costa

6.24 - Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes em que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pelos componentes da equipe de apoio e licitantes presentes.

#### 7 - DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

- 7.1 A Documentação de Habilitação deverá ser entregue em 01 (uma) via, em envelope devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no subitem 4.1 deste edital.
- 7.2 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, procedendo a sua habilitação ou inabilitação.
- 7.3 A participação no presente procedimento licitatório requer a apresentação de toda a documentação comprobatória da necessária qualificação devidamente autenticada em cartório competente ou antecipadamente por esta Comissão mediante apresentação dos originais para confronto em até 24 (vinte e quatro) horas da data marcada para a abertura do mencionado envelope compreendendo as seguintes documentações:

#### 7.3.1 - Relativo à Habilitação:

- 7.3.1.1) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e. no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e/ou requerimento de empresário no caso de empresa individual, ambos devidamente registrado na Junta Comercial sede da Licitante.
- 7.3.1.2) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 7.3.1.3) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
- 7.3.1.4) Alvará de Localização e Funcionamento Atualizado 2019.
- 7.3.1.5) Prova de regularidade relativa ao FGTS.
  - \* FGTS Certidão de Regularidade do FGTS CRF
- 7.3.1.6) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual.
  - \* Certidão Negativa de Inscrição de Débito na Dívida Ativa
  - \* Certidão Negativa de Débito de Tributos
- 7.3.1.7) CNDT Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 7.3.1.8) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- 7.3.1.9) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boà





COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PM de Sucupira do Riachão-M.
Processo Nº
Fls.
Henrique Luis W. D Castu
Porteria

situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devidamente registrado na Junta Comercial sede do Licitante, acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional do Contabilista responsável.

- **7.3.1.10)** Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- **7.3.1.11)** Atestado de Capacidade Técnica, o licitante deve apresentar documento idôneo firmado por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com assinatura do representante legal devidamente reconhecida por cartório competente.
- **7.3.1.12)** Certidão **específica** e **simplificada**, emitida pela Junta Comercial da sede do licitante.
- **7.3.1.13)** Certificado de Posto Revendedor, fornecido pela ANP Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- **Parágrafo Primeiro:** as licitantes deverão apresentar relatório fotográfico, contendo no mínimo 04 (quatro) fotos contendo a fachada e o interior da sede da empresa.
- **Parágrafo Segundo:** as licitantes deverão apresentar todas as declarações constantes como minuta em anexo deste edital, em papel timbrado devidamente datado e assinado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida em cartório competente.
- 7.3.2 As empresas detentoras do Certificado de Registro Cadastral **(CRC)** expedido por órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal poderão apresentar o respectivo documento, ficando dispensada a apresentação dos documentos indicados no item 7.3.1, subitem "7.3.1.1".
- 7.3.2.1. Na hipótese do item anterior, obriga-se o licitante a declarar, sob as penas da Lei, de que após o seu cadastramento, nenhum fato ocorreu que inabilite a empresa a participar desta Licitação, e que contra a mesma não existe pedido de falência ou concordata, conforme **Anexo IV**.
- 7.4 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada através de Cartório competente, ou por esta **CPL**, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da data marcada para a abertura dos envelopes, mediante a apresentação dos originais para confronto.
- 7.5 Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 7.6 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos poderá a Pregoeira considerar o proponente inabilitado.

#### 8 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

8.1 – Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar





COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Henrique Luis MO Costa

Processo Nº

PM de Sucupira do Riachão Alia

o ato convocatório do Pregão até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

- 8.1.1 A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma da lei, devendo ser entregue diretamente na **Comissão Permanente de Licitação/CPL**, na Rua São José, nº 477, Centro Sucupira do Riachão/MA.
- 8.1.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.
- 8.2 Caberá o Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.3 A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

#### 9 - DOS RECURSOS

- 9.1 Dos atos do Pregoeiro neste processo licitatório poderá o licitante, ao final da sessão pública, manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, sendo registrado em Ata a síntese das suas razões de recorrer.
- 9.2 A falta de manifestação imediata e motivada de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 9.3 Caberá ao licitante juntar os memoriais relativos aos recursos registrados em Ata no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da citada Ata, nos casos de:
  - a) Julgamento das Propostas;
  - b) Habilitação ou Inabilitação da licitante.
- 9.4 Cientes os demais licitantes da manifesta intenção de recorrer por parte de algum dos concorrentes, ficam desde logo intimados a apresentarem contra-razões também em 03 (trēs) dias úteis, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 9.5 Em não havendo recurso, o Pregoeiro fará imediatamente a adjudicação do objeto ao vencedor.
- 9.6 Qualquer recurso e impugnação contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo e, se acolhido, invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.7 Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da Prefeita Municipal, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.
- 9.8 Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, da **Prefeita Municipal** poderá homologar este procedimento licitatório e determinar a contratação com a (s) licitante (s) vencedora (s).





COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

## PM de Sucupira do Riachão-8 Processo Nº Fis. Henrique Luis Mr. D Costa Portaria Nº 1/20

#### 10 - DA CONTRATAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 10.1 Os materiais, objeto desta licitação serão fornecidos, conforme solicitação da **Contratante.**
- 10.2 Após a homologação do resultado da presente licitação, a **Prefeitura Municipal** convocará o fornecedor mais bem classificado para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a ata de registro de preços.
- 10.3 O prazo da convocação acima citada poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.
- 10.4 É facultado a administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para faze-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 10.5 A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.
- 10.6 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.
- 10.7 A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor em igualdade de condições.

#### 11 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional em até 30 (trinta) dias úteis após a emissão da Nota Fiscal (DANFE) e/ou documento fiscal equivalente, acompanhada das certidões de regularidade da empresa, devidamente atestada pelo setor competente, acompanhada da Nota de Empenho, diretamente na conta bancária indicada pelo fornecedor.
- 11.2 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas ao proponente ou inadimplência contratual, inclusive.
- 11.3 A **Prefeitura Municipal** reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

#### 12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Se o fornecedor registrado não retirar a Nota de Empenho ou não aceitar ou, ainda, se recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual, será convocado os fornecedores registrados remanescentes, na ordem de classificação, com as seguintes penalidades:

12.1.1 - suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Processo No
Fis.

Henrique Luis 10: D Costa
Portaria 10: 20

PM de Sucupira do Riachão-M

de contratar com a Prefeitura Municipal por prazo não superior a dois anos e;

- 12.1.2 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 12.2 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do produto deste Pregão, a **Prefeitura Municipal** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:
- 12.2.1 Advertência.
- 12.2.2 Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente.
- 12.2.3 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.
- 12.2.4 Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a **Prefeitura Municipal**, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- 12.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a **Prefeitura Municipal** pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 12.3 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar a contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.4 As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela **Prefeitura Municipal** ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
- 12.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

#### 13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 – A despesa decorrente da futura contratação do objeto desta licitação ocorrerá no orçamento do exercício de 2020, conforme as quantidades solicitadas de cada setor da administração:

#### 14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS





#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PM de Sucupira do Riachão-MA
Processo Nº
Fis.

Henrique Luis Nº Costa
Portaria Nº 120

14.1 – A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre a Prefeitura Municipal e o fornecedor mais bem classificado terá prazo de validade de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações.

- 14.2 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 14.3 Fica assegurado a **Prefeitura Municipal** o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 14.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 14.6 Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 14.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 14.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-seá o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 14.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.
- 14.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.
- 14.11 Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no site <a href="https://www.sucupiradoriachao.ma.gov.br">www.sucupiradoriachao.ma.gov.br</a> na Comissão Permanente de Licitação/CPL, na Rua São José, nº 477, Centro Sucupira do Riachão/MA, onde poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente.
- 14.12 Ao adquirir o edital, a licitante deverá declarar o endereço em que recebe notificação e comunicar qualquer mudança posterior, sob pena de reputar-se válida a notificação encaminhada ao endereço fornecido.
- 14.13 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referencia;

ANEXO II - Termo de Credenciamento;

ANEXO III - Declaração de Habilitação Prévia;

**ANEXO IV** - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação:

ANEXO V - Declaração de Cumprimento do disposto no art. 27, inciso V, da





COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

lei 8.666/93;

ANEXO VI - Minuta do Contrato;

ANEXO VI - Minuta de Ata de Registro de Preços.

PM de Sucupira do Riachão-M. Processo No. Henrique Luis W. D Costa Portaria N /20

Sucupira do Riachão/MA, 03 de dezembro de 2019.

HENRIQUE LUIS MONTEIRO DA COSTA

Pregoeiro Portaria nº 02/2019

Aprovado em: 03 112 12019

Gilzania Ribciro Azevedo Prefeita Municipal





#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL PREGÃO SRP Nº 020/2019/CPL ANEXO I TERMO DE REFERENCIA

# Processo No. Fls. Henrique Luis M. D Costa Portaria No. 120

PM de Sucupira do Riachão-M

#### 1 - FUNDAMENTAÇÃO

Em cumprimento a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, é elaborado o presente para que seja efetuado o registro de preços para futura aquisição parcelada de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP), em botijão de 13 Kg.

#### 2 - OBJETO

Registro de Preços para aquisição parcelada de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP), em botijão de 13 Kg, em conformidade com este documento.

#### 2.1 - JUSTIFICATIVA

Este pedido tem a finalidade de atendimento da demanda no consumo de gás GLP, em diversos setores da municipalidade.

#### 3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar desta futura contratação, interessados que tenha ramo de atividade compatível com o objeto pretendido e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas.

#### 4 - EXIGÊNCIA FUNDAMENTAL PARA FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

Os preços adotados pelos interessados deverão estar de acordo com os praticados no mercado do Estado do Maranhão, especificamente na cidade de Sucupira do Riachão/MA e neles deverão estar inclusos todas as despesas necessárias, inclusive custos com, impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, em conformidade com pesquisa de preços em anexo.

#### 5 - DO VALOR MÉDIO APURADO

O valor médio total estimado é de **R\$ 37.948,50** (trinta e sete mil novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), demonstrados abaixo, juntamente com a descrição dos produtos pretendidos, através de cotação de preços realizada por esta Administração.

#### 6 - DO PROCEDIMENTO PARA REALIZAÇÃO DO ORCAMENTO ESTIMADO

Foi realizada uma pesquisa de mercado para orçar o valor estimado da futura contratação; consultando três empresas que atuam no ramo do objeto a ser licitado e pedindo a eles que encaminhassem orçamento informal. Daí se extraiu uma média dos orçamentos recebidos para apurar o valor estimado da futura contratação.

#### 7 – DA VIGENCIA

A futura Ata terá vigência de 12 (doze), contados a partir da data de sua publicação, devendo os valores pactuados ser fixos e irreajustáveis neste período.

Os valores futuramente contratados, poderão ser alterados, nos casos previstos pelo dispositivo no Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sempre através de Termos Aditivos em ordem crescente, observando os respectivos créditos orçamentários.

A STATE OF THE STA



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

8 - DA ESPECIFICAÇÃO E PREÇOS MÉDIO

8 - DA ESTECIFICAÇÃO E PREÇOS MEDIO						
DA ESPECIFICAÇÃO						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS MATERIAIS	UND.	QTD.	V. UNT.	V. TOTAL	
01	Carga de gás liquefeito de petróleo	Und.	450	R\$ 84,33		
	(GLP), em Botijão de 13 Kg.				R\$ 37.948,50	
Valor Total Estimado: R\$ 37.948,50 (trinta e sete mil novecentos e quarenta e oito						
reais e cinquenta centavos)						

Henrique Luis Monterro da Costa

Pregoeiro

PM de Sucupira do Riachão

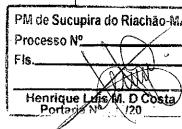
Henrique Luis M. D Cost Portaria

Processo Nº\_

FIs.\_



#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL



#### PREGÃO SRP Nº 020/2019/CPL

#### ANEXO II

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO

(PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

ÀO PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO

LICITAÇÃO: PREGÃO SRP Nº 020/2019/CPL

DATA DA ABERTURA: 18/12/2019

HORA: 09:00 HORAS

LICITANTE: (NOME DA EMPRESA)

Através do presente, credenciamos	o(a) Sr.(a),
portador(a) do RG n.º	e do CPF n.°, a
participar da licitação instaurada p	oela PREFEITURA MUNICIPAL DE
SUCUPIRA DO RIACHÃO, ESTADO	DO MARANHÃO, na modalidade
PREGÃO SRP SOB O Nº 020/2019, 1	na qualidade de representante legal,
outorgando-lhe poderes para	pronunciar-se em nome da
empresa, be	em como formular lances, renunciar
direitos, desistir de recursos e pratica	r todos os demais atos inerentes ao
certame.	

Local e Data.

(assinatura e identificação do responsável legal da empresa, com firma reconhecida em cartório competente)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO
CNPJ: 01.612.338/0001-67
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

The state of the s	WITE the same
PM de Sucupira do F	Riachão M
Processo No	
Fis.	X
	ANT-
Henrique Luis M. Portaria	D Costa

## PREGÃO SRP Nº 020/2019/CPL

#### ANEXO III

## DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PRÉVIA

(PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

ÀO PREGOEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO
LICITAÇÃO: PREGÃO SRP Nº 020/2019/CPL
DATA DA ABERTURA: 18/12/2019
HORA: 09:00 HORAS

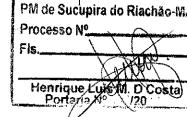
LICITANTE: (NOME DA EMPRESA)

A empresa,	inscrita no CNPJ nº.
, sediada em	por intermédio de seu
	portador(a) da Carteira de
Identidade n° e do CPF	nº
DECLARAMOS, que a empresa atende	
habilitação hem como apresenta que propos	to part in discrete 1 1 1 1
habilitação, bem como apresenta sua propos do preço oferecido os quais atendem plename	ca com indicação do objeto e ente ao Edital.
	Local e Data.
(Assinatura e identificação do representante reconhecida em cartório co	legal da empresa, com firma mpetente)





COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL



#### PREGÃO SRP Nº 020/2019/CPL

#### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

ÀO PREGOEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO LICITAÇÃO: PREGÃO Nº 020/2019/CPL DATA DA ABERTURA: 18/12/2019

HORA: 09:00 HORAS

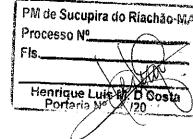
LICITANTE: (NOME DA EMPRESA)

A empresa	, signatária,	inscrita no C	NPJ sob	o nº	_, sediada na
(endereço	completo), p	or seu repre	sentante i	legal, de	clara, sob as
penas da lei, no	os termos do a	artigo 32, § 2	°, da Lei	Federal	n° 8.666/93,
que até a prese	nte data nenl	ıum fato ocoı	reu que a	a inabilit	e a participar
do Pregão SRP :	n° 020/2019,	e que contra	ı ela nāo e	existe ne	nhum pedido
de falência ou c	oncordata.				
_					
Declara, outros		er na integra	o edital	e que s	se submete a
todos os seus te	ermos.				
	1				
					Local e Data.
/					f:
(assinatura	e identificação	_	•	_	com Iirma
	reconnecta	la em cartório	competer	irre)	





COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL



#### PREGÃO SRP Nº 020/2019/CPL ANEXO V

#### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART.27, INCISO V, DA LEI Nº. 8.666/93

(PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

ÀO PREGOEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO LICITAÇÃO: PREGÃO SRP Nº 020/2019

DATA DA ABERTURA: 18/12/2019

HORA: 09:00 HORAS

Declaramos que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, nos termos do art. 27 da Lei nº. 8.666/93.

Local e Data.

(assinatura e identificação do responsável pela empresa, com firma reconhecida em cartório competente)

A





COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

#### PREGÃO SRP Nº 020/2019/CPL ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE CARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), EM BOTIJÃO DE 13 KG

"QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO MUNICÍPIO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, DE OUTRO, A EMPRESA >>>>>>>> NAS CONDIÇÕES ABAIXO E SEGUINTES."

#### 01- DAS PARTES

- 1.1- MUNICÍPIO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.338/0001-67, com sede na Rua São José, nº477, Centro, CEP: 65.668-000 Sucupira do Riachão/MA, neste ato representado por >>>>>>>>>>>>, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº >>>>>>> SSP/MA, inscrita no CPF sob o n >>>>>>, residente e domiciliada nesta Cidade, doravante denominado, simplesmente, CONTRATANTE;
- 1.2->>>>>>> doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

#### 02- DO SUPORTE LEGAL

**2.1-** Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei Federal nº 10.520/02 subsidiariamente com a Lei nº 8.666/93, Decreto Federal nº 9.488/18 e Licitação **PREGÃO SRP Nº 020/2019** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** - Processo Administrativo nº 0158.147/2019/CPL e convenções estabelecidas neste Instrumento, bem como nas normas inerentes à matéria e ainda na homologação da Autoridade Competente.

#### 03- DO OBJETO

- **3.1-** Constitui objeto do presente contrato o fornecimento parcelado de carga de gás liquefeito de petróleo (GLP), em Botijão de 13 Kg, em conformidade com Anexo I (Termo de Referência) e Proposta de Preços da Licitante.
- **3.2** Para a execução do objeto deste Contrato, deverá a **CONTRATADA** obedecer às instruções e orientações do setor competente, para o fiel cumprimento ora contratados.

#### 04- DO REGIME DE EXECUÇÃO

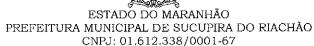
**4.1**- Os materiais serão entregues de conformidade com os termos da Licitação, Pregão SRP n° 020/2019, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** de execução indireta sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos estatuidos pelo Art. 06, Inciso VIII, alínea "a" da Lei n° 8.666/93.

#### 05- DO FATO GERADOR CONTRATUAL

**5.1-** O presente Instrumento Contratual foi firmado em decorrência do Despacho Homologatório e Adjudicatório pela Autoridade Competente, concernente à Licitação instaurada na modalidade PREGÃO SRP N° 020/2019 – Processo Administrativo n°

Rua São José, nº 477, Centro - Sucupira do Riachão/MA - CEP: 65.668-000

PM de Sucupira do Riachão Ma Processo Nº Fis. Henrique Lussin. D Costa Portaria Nº 120



#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PM de Sucupira do Riachão M.
Processo Nº
Fls.

Henrique Luis M. D Costa
Porterio Nº 120

0158.147/2019/CPL e de conformidade com os ditames da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### 06- DO VALOR

6.1- O valor global do presente Contrato, é R\$ >>>>> (>>>>>>).

#### 07- DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

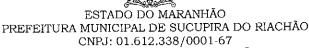
**7.1**- As despesas decorrentes deste procedimento correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

#### 08- PRAZO:

- **8.1-** O PRAZO de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente termo, podendo ser prorrogado se necessário, somente mediante Aditivo Contratual, nos termos estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- **8.2-** O prazo para início do fornecimento, será logo após a data da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento;
- **8.3-** Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação mantida às demais Cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra alguns dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
  - a) Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisivel, estranho à vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) Interrupção de execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- **d)** Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei;
- e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providências a cargo da administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

#### 09- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **9.1-** Os pagamentos serão efetuados através de transferência eletrônica diretamente na conta corrente do **CONTRATADO** na Tesouraria da **CONTRATANTE**;
- 9.2- Os pagamentos serão realizados conforme o fornecimento dos materiais, em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data de emissão da nota fiscal (DANFE)



#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PM de Sucupira do Riachão-Will
Processo Nº
Fls
Henrique Luis M. D Costa
Portaria M. 120

acompanhados das Certidões de Regularidade da empresa, condicionados `verificação e atesto do setor competente.

#### 10- DO REAJUSTAMENTO

- 10.1- Os preços dos materiais em referência poderão sofrer reajuste durante a vigência deste Contrato, de acordo com os termos estabelecidos pela legislação vigente e atinente à matéria, ressalvados os casos estipulados neste contrato;
- 10.2- No caso de prorrogação do Contrato, só poderá haver reajuste, se existir acordo entre as partes, nunca contrariando, qualquer que for algum índice oficial estabelecido pelo Governo Federal.

#### 11- DAS PENALIDADES

- **11.1-** Pelo inadimplemento total ou parcial do presente Contrato, ficará a **CONTRATADA** sujeita às seguintes penalidades, a critério do **CONTRATANTE**, garantida a prévia defesa:
- 11.1.1- Advertência;
- 11.1.2- Multas;
- 11.1.3- Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 (doze) meses;
- **11.1.4-** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a **CONTRATANTE**.

#### 12- MULTAS

- **12.1-** Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado, ou ainda situações que o **CONTRATANTE** caberia obviar, a **CONTRATADA** incorrerá nas seguintes multas:
- a) Por dia que exceder o prazo de entrega do material, 0,01% (um centésimo pôr cento) do valor atualizado do contrato;
- b) Multas variáveis de 1% (um por cento) do valor atualizado do contrato:
- b.1) Se a entrega do material não atender o andamento de acordo com Cronograma;
  b.2) Se Não efetuar a entrega do objeto deste instrumento, de acordo com as normas, manuais, instruções e especificações;
- 12.2- As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas:
- 12.1.3- A CONTRATADA terá o limite de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação da penalidade no órgão oficial, para recolher a multa aos cofres do Município;
- **12.1.4** Os recursos contra a multa aplicada deverão ser feitos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, nas condições do Art. 109, Inciso I, alínea "f" da Lei nº 8.666/93.



CNPJ: 01.612.338/0001-67
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

#### 13- DA RESCISÃO

**13.1-** Constitui motivo para rescisão deste Contrato os Incisos de I a XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

13.2.- A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a) Amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;
- b) Administrativa por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- c) Judicial nos termos da Legislação Processual.

#### 14- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- **14.1-** O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do Artigo 65 da Lei 8666/93 e alterações, de comum acordo entre as partes e somente mediante aditivo contratual e, em especial, nos casos abaixo:
- I Unilateralmente pela CONTRATANTE:
- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- **b)** Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93;
- **14.1.2** A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem os materiais, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- **14.1.3-** Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;
- **14.1.4.** Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo § 6° do Art. 65 da Lei Federal n° 8.666/93;
- **14.1.5-** As alterações do valor do contrato, decorrente de modificação de quantitativos previstos, revisão de preços bem como a prorrogação de prazos e o seu desequilíbrio financeiro, serão formalizadas pôr lavraturas de Termo de Aditamento, pôr acordo das partes, conforme disposição legal contida no artigo 65 e seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

#### 15- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A STATE OF THE STA

PM de Sucupira do Riachão-Ma

Processo Nº

Henrique Luie

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PM de Sucupira do Riachão-M.,
Processo Nº
Fls.

Henrique Luis M. D.Costa
Portaria Nº 120

- **15.1-** O Contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avencadas, sendo obrigações da **CONTRATADA**:
- a) Fornecer os materiais, objeto do presente Contrato, com absoluta diligencia e perfeição;
- b) A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da prestação dos serviços, objeto deste instrumento contratual;
- c) A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- **15.2-** Os acréscimos, supressões ou modificações que incorram em serviços complementares ou extraordinários, respeitados os limites da Legislação vigente, serão objetos de alterações unilateral do Contrato, e serão formalizados através de um único documento, quando do recebimento do objeto ora contratado;
- **15.3-** A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato;
- **15.4** A **CONTRATADA** responsabiliza-se pelo fiel cumprimento das obrigações pertinentes aos serviços objeto deste Contrato;
- **15.5-** A **CONTRATADA** fica ciente e se responsabiliza pela prestação dos serviços de acordo com o Anexo, com acompanhamento através de seu Secretário, que se encarregará de repassar as orientações para a realização do mesmo;

#### 16-DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- **16.1** A **CONTRATANTE** se responsabiliza pelo pagamento nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- **16.2-** Fica a **CONTRATANTE**, responsável pelo acompanhamento da execução objeto deste Instrumento Contratual;
- 16.3- Publicar o Extrato deste Instrumento na forma da Lei;
- **16.4-** Fornecer à **CONTRATADA** todas as orientações e subsídios necessários ao bom e fiel cumprimento do objeto deste Contrato;
- **16.5-** Notificar a **CONTRATADA** no caso da existência de alguma contrariedade relacionada aos serviços prestados e andamento.

#### 17- DA VINCULAÇÃO

17.1- O presente Contrato vincula-se ao Processo Administrativo nº 0158.147/2019, Pregão SRP nº 020/2019 e seus anexos, bem como a proposta apresentada, vencedora do certame.



#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Total Control	PM de St	icupira do	Riachão
7.000.18	Process(	Nº	
Sec.	Fis	1	$\mathcal{A}$
		XA	AUX
	Henric Port	ue Luiz V	D Costa

#### 18- DO DOMICÍLIO E FORO

**18.1**- As partes elegem como domicílio legal, o Foro da Comarca de São João dos Patos, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja, desde que não possam ser resolvidas amigavelmente.

#### 19- DA ASSINATURA

19.1- E, por estarem devidamente acordados, declara as partes aceitarem as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94, bem como as demais normas complementares, assinando este Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Local e Data.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO

**Autoridade Competente** 

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:	
RG:	RG:	
CPF.	CPF:	

,

A STATE OF THE PARTY OF THE PAR